# As Relações Étnicas na Conquista da Guanabara: índios e o domínio do Atlântico Sul.

Renato Pereira Brandão

## Introdução:

Por ter sido a cidade que mais tempo permaneceu como capital do Brasil, a história do Rio de Janeiro tem uma importância ímpar. Situada na porção ocidental da baía da Guanabara, predomina ainda hoje a versão de que sua denominação tem origem no fato de ter sido descoberta no dia primeiro de janeiro de 1502 e por ter sido confundida com a foz de um rio. Permaneceu então esta baía habitada exclusivamente pelos nativos até o final da primeira metade do século XVI, quando então foi ocupada pelos franceses.

No comando desta expedição estava o calvinista Villegaignon, cavaleiro da Ordem de Malta, que vinha com a intenção de fundar uma colônia, a *França Antártica*, onde católicos e protestantes pudessem conviver de forma pacífica, na irmandade cristã. Contando com a ajuda e aliança dos índios que ocupavam a Guanabara, os tamoios, a quem os invasores tratavam de forma mais respeitosa que os portugueses, os franceses conseguiram obter o controle de toda a baía da Guanabara, fundando inclusiva uma nova vila, denominada Henriville, em homenagem ao rei de França.

A fim de expulsar os invasores, em 1565 uma expedição portuguesa, sob o comando de Estácio de Sá, sobrinho do Governador-Geral Mém de Sá, se instala na barra da baía, no sopé do Morro Cara de Cão. Estácio de Sá lança aí as bases de um novo núcleo populacional com a fundação da cidade denominada de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem, em contra partida, ao rei de Portugal, D. Sebastião. Após dois anos de escaramuças, os portugueses finalmente conseguiram expulsar os franceses ao derrotá-los, juntos com seus aliados tamoios, nos combates de 20 de janeiro de 1567, onde Estácio de Sá foi mortalmente ferido. Nestes combates, foi decisiva a participação, junto aos portugueses, dos índios sob o comando de Araribóia, filho do chefe temiminó *Gato Grande,* anteriormente expulso da Guanabara pelos tamoios. Batizado pelo próprio donatário quando da sua passagem por São Vicente, de quem recebeu o nome cristão Martim Afonso de

Sousa, Araribóia é agraciado com uma sesmaria na Guanabara, no lado oposto da cidade, onde pode reinstalar os seus. Assim, ao explorar antigos antagonismos tribais, os portugueses conseguiram fazer valer os interesses mercantilistas lusos frente ao ideal humanista francês.

O objetivo deste trabalho é apontar as contradições e incoerências presentes nesta versão histórica, procurando levantar discussões sobre a origem da denominação do Rio de Janeiro, o humanismo calvinista de Villegaignon, a participação de Araribóia e o significado da elevação de um simplório núcleo urbano à condição de cidade em terras que estavam sobre os domínios dos donatários da Capitania de São Vicente.

1- Vespúcio e a descoberta da Guanabara.

A versão predominante para a denominação de Rio de Janeiro foi apresentada por Varnhagen, apoiado nos relatos das cartas de Vespúcio, publicadas já no início do séc. XVI, onde diz que teria participado, a convite de D. Manuel, como cosmógrafo nas duas primeiras expedições enviadas para explorar a recém descoberta Terra de Vera Cruz.

Apesar de contestada, já em 1914, por Morales de los Rios (1) e, posteriormente, pelo historiador português Joaquim Veríssimo Serrão (2), ao demonstrarem não existir nas cartas de Vespúcio nenhuma referência, direta ou indireta, de sua passagem pela Guanabara, esta versão permaneceu predominante em nossa historiografia. Porém, no meio tempo entre estas duas publicações, em abril de 1940, o navegador português Gago Coutinho publicou um artigo onde, ao demonstrar a total ignorância de Vespúcio na arte de navegar, não só afirma a impossibilidade da participação deste como cosmógrafo como, inclusive, põe em dúvida se sequer esteve presente nas primeiras explorações portuguesas ao Brasil. Ao desenvolver esta crítica, Gago Coutinho nos apresenta a seguinte questão:

> Se as naus de Vespúcio tivessem, como ele afirma, abordado a costa para Oeste do Cabo São Roque, teriam, como disse, de voltar a centenas de léguas ao largo, a fim de o poderem balaventear e montar a costa do Natal. Assim impõe os ventos e correntes ali dominantes: tanto a navegação de Gama (1497) como a de Cabral (1500) provam que, em 1501, já os pilotos portugueses sabiam traçar as rotas de modo a evitarem o risco de se ensacarem na costa mais ocidental do Brasil (3)

2- A Invasão do Calvinista Villegaignon e a Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Em 10 de novembro de 1555, entrou na baía da Guanabara uma esquadra de naus francesas, logo ocupando uma ilhota próxima à sua barra. Essa ilha, denominada pelos índios de Serigipe, guarda até hoje o nome do comandante desta expedição militar, Ilha de Villegaignon.

Apresentado usualmente como membro de uma tradicional família da aristocracia de França e cavaleiro da Ordem de Malta, teria se convertido ao calvinismo por influência do almirante Coligny, responsável pelo apoio indireto do rei Henrique II ao empreendimento. Villegaignon vinha então com o objetivo de fundar uma nova colônia francesa na América, a *França Antártica*, onde cristãos conviveriam em paz, independente de seu credo. Contudo, Southey confessa desconhecer a lógica que fez do Brasil alvo desta expedição ao observar que não seria do interesse de Henrique II criar conflitos com Portugal, além do comandante da expedição não ser protestante, mas sim católico, passando, inclusive, a hostilizar os calvinistas (4).

O jesuíta H. E. Wentzel esclarece quanto à filiação religiosa de Villegaignon. Era ele frei da Ordem de São João de Jerusalém, também conhecida como Ordem dos Hospitalários ou de Malta, por estar então estabelecida na ilha de Malta. Apesar de ser hoje uma ordem assistencialista, era então uma ordem militar naval, fundada durante as cruzadas na Terra Santa, como ordem de cavalaria (5). Wentzel nos revela ainda que, em 1560 na França, Villegaignon chegou a convidar os jesuítas a participarem deste empreendimento (6). Neste mesmo momento, a França Antártica, que estava sob o comando de Bois-le-Comte, é atacada pelo Governador-Geral Mém de Sá, obrigando os franceses a se refugiarem nas matas que circundavam a baía. Em 1562, quando os franceses já tinham retornado à Guanabara, o Geral da Companhia de Jesus decidiu, por motivos ainda desconhecidos, não aceitar o convite da aliança com Villegaignon (7). Ainda neste mesmo ano, Villegaignon, que não mais voltou ao Brasil, negociou com o embaixador português em Paris, Pereira Dantas, a renúncia do

comando do empreendimento em troca uma indenização de 30.000 ducados. Contudo, os franceses que ainda estavam na Guanabara resolveram permanecer.

A 1º de maio de 1563 chegou à Bahia, acompanhado de mais quatro jesuítas, Estácio de Sá, sobrinho do Governador-Geral Mém de Sá. Veio ele com a incumbência de ajudar o Governador a expulsar os invasores da Guanabara e ocupá-la, em definitivo, fundando uma povoação. Após organizar uma esquadra, Estácio de Sá partiu da Bahia em direção ao Espírito Santo e São Vicente a fim de receber reforços. A 20 de janeiro de 1565 saiu ele de Bertioga para o Rio de Janeiro acompanhado dos jesuítas Gonçalo de Oliveira, e José de Anchieta.

Acompanhava-o também uma tropa indígena comandada por Araribóia que, além de filho de *Maracajá-guassú* , o Gato-grande, teria sido batizado pelos jesuítas na capitania de São Vicente, tendo como padrinho o próprio Martim Afonso de Sousa, de quem adotou o nome. Serafim Leite observa, porém, que as fontes documentais são omissas em relação ao batismo de Araribóia (8). Por outro lado, as fontes documentais são omissas também quanto a origem de Araribóia, pois a primeira referência a ele feita, por nós identificada, encontra-se na carta do Pe. Pedro da Costa, datada de 27 de julho de 1565, como chefe de um aldeamento próximo ao do Gato no Espírito Santo, sem estabelecer nenhuma relação de parentesco entre eles (9). Não se tem até o presente, inclusive, nenhum registro de que Araribóia sequer estaria incluído dentre aqueles indígenas que se refugiaram no Espírito Santo, em fuga da Guanabara.

Ao chegar à baía da Guanabara, em 28 de fevereiro de 1565, Estácio de Sá estabeleceu-se próximo a barra, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Em primeiro de março lança os fundamentos da cidade de que recebeu o nome de São Sebastião, em homenagem ao rei D. Sebastião. Com a definitiva expulsão dos franceses, em combates onde a participação de Araribóia foi decisiva para assegurar a vitória dos portugueses, apesar de Estácio de Sá ter sido mortalmente ferido, Mém de Sá transfere a cidade em formação, do sopé do morro Cara de Cão para o alto do morro do Castelo.

Contudo, considerando o contexto político-administrativo da época, a implantação de uma cidade exigia toda uma processualidade, ao que parece inexistente em relação ao Rio de Janeiro. Inicialmente, há de se considerar que a autorização para fundação de uma cidade era atribuição exclusivamente do rei, que emitia o foral correspondente, e não do Governador-Geral ou mesmo do capitão-donatário, a quem estava reservado o direito de fundar somente vilas. Sabemos ainda que Mém de Sá tinha autoridade expressa para fundar uma única cidade, a de São Salvador, na Capitania de Todos os Santos, já reincorporada aos domínios da Coroa.

Como a Capitania de São Vicente foi reincorporando ao patrimônio da Coroa somente no século XVIII e não se encontrou nenhuma documentação desmembrando sua porção setentrional, sabemos que caberia a Estácio de Sá implantar somente um povoado com fim defensivo, o qual só poderia ser elevado à condição de vila, mas nunca de cidade, pelo donatário desta capitania. No entanto, sabendo que a Coroa sempre respeitou os direitos donatários, temos conhecimento não só do surgimento da cidade como de uma nova capitania, igualmente denominada Rio de Janeiro, que nunca se soube ao certo sua delimitação, por nunca ter tido seus limites determinados por uma carta ou foral.

## 3- O Rio de Janeiro, os Índios o Domínio da Rota do Atlântico Sul.

Conforme vimos, a versão até hoje predominante em nossa historiografia para a origem do nome e da cidade do Rio de Janeiro não se sustenta frente a uma crítica mais acurada. Julgamos que a partir da afirmação de Gago Coutinho, de que os pilotos que acompanhavam Vasco da Gama e Cabral conheciam bem o regime de ventos e correntes dominantes na costa brasileira, seja possível construir uma narrativa apoiada na coerência náutica, documental e etnográfica.

Como um conhecimento deste não se faz em pouco tempo, mas sim a partir de diversas expedições voltadas para o estudo não só destes elementos naturais como de “cosmografia”, ou seja, observações astronômicas para cálculo de coordenadas geográficas

de pontos referências costeiros, o que Gago Coutinho nos diz, indiretamente, é que, pela lógica náutica, o Brasil já era a muito conhecido por um círculo restrito de nautas portugueses.

Por que então este “segredo” teria demorado tanto a ser revelado, retardando, assim, sua exploração mercantil. Não será uma fonte documental escrita, mas sim cartográfica - o mapa de correntes marinhas - que nos permite esclarecer esta questão. Este nos revela a impossibilidade das naus atingirem o Índico costeando a África, devido à forte Corrente da Guiné, que corre no sentido sul-norte. Ao mesmo tempo, observa-se que no Atlântico Sul, a corrente que corre no sentido inverso é a Corrente do Brasil.

Assim, para que as naus portuguesas atingissem o Índico era preciso acompanhar o litoral brasileiro, do Cabo de Santo Agostinho ao Cabo Frio, onde a linha litorânea faz uma inflexão para oeste, seguindo então na direção sudeste para atingir a Corrente das Malvinas, que impulsionava as naus para além do Cabo da Boa Esperança (10). Como a estratégia da Coroa de Portugal não era simplesmente concorrer com o tráfego mediterrâneo dominado por Veneza, mas sufocar as vias de abastecimento, através do Golfo Pérsico e Mar Vermelho, do Mediterrâneo, se fazia necessário manter sob sigilo o conhecimento da navegação pelo Atlântico Sul até se ter o domínio integral da rota para o Índico.

Ao considerar, então, esta perspectiva geopolítica, compreende-se a importância estratégica da baía da Guanabara, pois, devido suas características de poder abrigar em segurança uma grande frota e estar situada próximo ao Cabo Frio, a perda de seu domínio poderia representar a obstrução do tráfego das naus da Carreira da Índia.

Ainda dentro desta perspectiva geopolítica, encontra-se a lógica do comando da expedição ter sido entregue a Villegaignon, pois o domínio de um ponto estratégico desta natureza interessava não só ao rei de França como à Ordem de Malta, que, por auferir rendimentos na proteção da rota mediterrânica frente à frota sarracena, teve seus interesses fortemente abalados, assim como toda a economia mediterrânica, com a predominância da rota atlântica. Quanto ao fato do apoio dado pelos tamoios aos franceses, não fizeram estes mais do que reproduzir a estratégia dos portugueses na obtenção do domínio do litoral

brasileiro e, conseqüentemente, o controle da rota atlântica para o Índico, ou seja, estabelecer alianças com lideranças tupi-guarani, etnia que ocupava de forma predominante a faixa costeira brasileira. Muito provavelmente, a aproximação dos franceses com os tamoios teve início em tempos anteriores a chegada de Villegaignon. Contudo, se a vitória coube aos portugueses, a isto se deve, principalmente, por terem conseguido arrebanhar, com o decisivo auxílio dos jesuítas, um maior número de índios à sua causa, do que os franceses.

Assim, a participação de Araribóia independe de ser ele filho do Gato Grande, chefe indígena expulso da Guanabara pelos tamoios. Certamente não estava ele imbuído pelo desejo de ”recuperação” da terra natal, sendo a sua permanência na Guanabara decorrência da estratégia de defesa da baía articulada pelos portugueses. Em torno desta formou-se um anel defensivo onde os indígenas do aldeamento de São Lourenço, de Araribóia, atendiam a defesa da barra da baía, compondo a guarnição da Fortaleza de Santa Cruz; os do aldeamento de São Barnabé, situada em Magé, faziam a defesa do fundo da baía; os do aldeamento de São Pedro, próxima a Cabo Frio, faziam a defesa do acesso oeste; e os do aldeamento de São Francisco, em Itaguaí, a defesa do acesso leste. Para estes aldeamentos vieram índios de diversas “nações”, nem sempre tupi-guarani.

Quanto à questão da “legalidade” da fundação da cidade do Rio de Janeiro, acreditamos que a cessão á Coroa do entorno da baía da Guanabara tenha sido estabelecido informalmente entre o rei D. Sebastião e o herdeiro da Capitania de São Vicente, Pero Lopes de Sousa, homônimo de seu tio. Como rei e herdeiro donatário morreram juntos em Álcacer-Quibir, o acerto informal acabou não sendo devidamente legalizado. Assim, nem a cidade recebeu o foral devido, nem foi emitido nenhum documento delimitando a Capitania do Rio de Janeiro. Julgamos que esta hipótese se confirma com a petição que Antonio Carneiro de Sousa, Conde da Ilha do Príncipe, encaminhou, em 1716, ao Conselho Ultramarino. Certamente por ter descoberto este lapso processual, requisita ele, como descendente herdeiro de Martim Afonso de Sousa, o pagamento de rendimentos como donatário da

Capitania do Rio de Janeiro (11). Só então, acreditamos, teria sido devidamente legalizada a incorporação da cidade e capitania do Rio de Janeiro, aos domínios da Coroa.

NOTAS

1- A. Morales de los Rios. Subsídios Para a História de S. Sebastião do Rio de Janeiro In Revista do IHGB, Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 1033.

2- Joaquim Veríssimo Serrão. O Rio de Janeiro no Século XVI. Lisboa, Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1995, pp. 20-1, tomo I Estudos Históricos.

3- Gago Coutinho. *Américo Vespucio na História do Brasil: seria náutico, seria cosmografo, não foi descobridor*. In João de Canali,. Américo Vespucio, espião ou navegador? Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes, 1941, p. 60.

4- Robert Southey - História do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981, p. 205, v. 1.

5- Herbert Ewaldo Wetzel. Mém de Sá, terceiro Governador-Geral (1557-1572). Tese de Doutorado na Faculdade de História Eclesiástica da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 70-78.

6- Ibidem, p. 77-8.

7- Ibidem, p. 78: "*A proposta de Villegaignon não foi aceita pelo Pe. Geral. Os fatos vieram a comprovar o acerto de sua decisão, pois a essa data já a armada de Mém de Sá ancorava na Guanabara e com ela o Pe. Nóbrega. De Roma escrevia o Geral Laynez ao Provincial de Portugal, a 18 de abril de 1561: "En lo de aquel cavallero de Rodas, y la empresa de América no hay más que tratar. Émonos conSolado no poco con lo que scriven del Brasil acerca de aquella gente que tenia tomado la fortaleza ..." (Archivum Romanum Societatis Jesu, Roma, Hisp. 66, f. 169r".*

8- Cf. Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa, Portugália, 1945, p. 240 t. VI.

9 - Carta do Pe. Pedro da Costa. In Azpicueta Navarro. Cartas avulsas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 482-9. Datada de 27 de julho de 1565, assim se refere a este chefe indígena: *(...) trouxe também o Padre (Braz Lourenço) por companheiros o padre Diogo Jacome e a mim, para acudirmos as necessidades das almas destes Indios, entre os quaes havia já duas egrejas feitas, scilicet: na aldêa do Gato uma de Nossa Senhora da Conceição, e na aldêa de Arariboi outra de S. João".*

10- Segundo o roteiro de D. João de Castro, publicado em 1538, a ser seguido pelos pilotos das naus que se dirigiam às Índias. Cf A Fontoura da Costa. A marinharia dos descobrimentos. Lisboa. Agência Geral da Colónias, 1939, p. 258:

11- Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a petição em que o Conde da Ilha do Príncipe solicitava o pagamento da dízima, que lhe pertencia, das 100 léguas de terra de que era donatário na Capitania do Rio de Janeiro. Lisboa, 21 de junho de 1716. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, caixa 16, doc. N. 3450.